

4. PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA, PARA A ÁREA DAS SETE FONTES:

Submete-se para apreciação do Executivo Municipal o processo relativo ao procedimento de **Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga, para a Área das Sete Fontes**, a fim de serem tomadas as seguintes deliberações:

- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;
- Aprovação da versão final do projeto de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes (que integra as alterações efetuadas na sequência da ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;
- Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados, (conforme informação técnica anexa).



Pelouros da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

À m do Excmo

200619

ASSUNTO: Procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes

O ancestral sistema de abastecimento de águas à cidade de Braga, com obra hidráulica do século XVIII, designado popularmente como “Sete Fontes”, constitui um sistema de captação, condução e abastecimento de água à cidade, beneficiado e monumentalizado em meados do século XVIII, no episcopado de D. José de Bragança então Arcebispo de Braga (1741/1756), sendo classificado como Monumento Nacional em 2011. O Complexo Monumental das Sete Fontes tem hoje um inequívoco e incontestável valor patrimonial, cultural e ambiental e tem sido alvo de inúmeras diligências por parte do executivo com vista à sua recuperação, promoção e valorização.

Relativamente ao **Procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes** tendo em consideração que os pareceres das entidades foram favoráveis e que as observações efetuadas foram devidamente ponderadas e acolhidas, cumpre dar continuidade ao procedimento de **Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes**, o que deverá ser feito com as seguintes deliberações da Câmara Municipal:

- 1 - **Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;**
- 2 - **Aprovação da versão final do projeto de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes (que integra as alterações efetuadas na sequência da ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;**
- 3 - **Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados (ver informação técnica anexa).**

À consideração superior,

Braga, 19 de junho de 2020

O Vereador do Planeamento, do Património e da Regeneração Urbana

(Miguel Sopas de Melo Bandeira)

Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes

Passos procedimentais subsequentes à ponderação das pronúncias das entidades proferidas em sede do parecer emitido ao abrigo do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Tendo em consideração:

- Que os pareceres das entidades foram favoráveis e que as observações efetuadas foram devidamente ponderadas e acolhidas;

Cumpra dar continuidade ao procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes, o que deverá ser feito com as seguintes deliberações da Câmara Municipal:

- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;
- Aprovação da versão final do projeto de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes (que integra as alterações efetuadas na sequência da ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;
- Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados (ver pontos seguintes).

Para enquadrar o processo de discussão pública e ações subsequentes importa sublinhar que:

1. A Câmara Municipal de Braga deliberou, em 25 de fevereiro de 2019, a abertura do procedimento de alteração do PDM de Braga em Sete Fontes.
2. Tal como refere Aviso (extrato) n.º 7497/2019 [publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 83 — 30 de abril de 2019], tal deliberação determinou a não sujeição deste procedimento a Avaliação Ambiental Estratégica.
3. Tal decisão, bem como a sua fundamentação, foi tomada na referida reunião de Câmara (como comprova Ata da mesma que aqui se transcreve – ver alínea e), págs. 8 e 9):
e) “(...) Pronunciar-se no sentido de que as alterações em causa - em face do programa de ocupação preconizado para a área, que visa essencialmente a defesa e consagração de uma ampla área florestal já existente - não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, e consequentemente determinar, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que o procedimento agora aberto não seja objeto de avaliação ambiental;”

Metodologia da discussão pública

Importa sublinhar que a salvaguarda e a preservação das Sete Fontes, decorre de um intenso processo de participação pública. A própria classificação como Monumento Nacional, em 2011, foi resultado de uma dinâmica cidadã ímpar, iniciada no final da década de 90.

No quadro da Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes, até ao momento, o processo de participação adotado foi marcado:

- Por duas apresentações públicas (no início e na fase final da sua elaboração);
- Por um número significativo de reuniões com proprietários (localizados primordialmente na área que se perspetiva como Parque);
- E por um conjunto alargado de reuniões e visitas de campo com associações (ambientalistas e historicamente ligadas às Sete Fontes) e outros agentes com responsabilidade política e administrativa sobre a zona.

No momento atual, correspondente à abertura do período de discussão pública, determina-se que:

- A discussão pública da Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes terá início cinco dias úteis após a publicação do aviso em Diário da República e terminará a 30 de setembro de 2020 (pretende-se que o período de discussão seja alargado, estendendo para o efeito o prazo mínimo legalmente imposto);
- Todos os elementos da proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes estarão disponíveis:
 - Digitalmente, num sítio eletrónico a criar para o efeito (alojado e devidamente publicitado em <https://www.cm-braga.pt/>);
 - Fisicamente, para consulta presencial, no Balcão Único do Município de Braga (sendo que a consulta poderá ocorrer todos os dias úteis entre as 9h00 e as 17h30).
- Será publicitada e promovida a participação dos cidadãos através de anúncios em *Mupis* de Rua (existentes em Braga);
- Os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões preenchendo e submetendo formulário criado para o efeito (a disponibilizar no lugar da consulta presencial e no sítio eletrónico da proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes);

Os interessados poderão solicitar pedido de esclarecimento para o email pdm.setefontes@cm-braga.pt (sendo, caso necessário, reunião posteriormente agendada).

Ponderação dos resultados da discussão pública (Relatório de Ponderação)

Finda a discussão pública, será elaborado um relatório onde todas as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares serão objeto de ponderação, com a sua identificação e a indicação, conforme o caso, do seu acolhimento ou não acolhimento e respetiva justificação. No caso de acolhimento o relatório explicitará, ainda, a forma como a posição apresentada foi integrada na opção do plano.

Jorge Carvalho

Fernanda Paula Oliveira

Frederico Moura Sá